



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 28/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, E A EMPRESA ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS-ME.

PROC. Nº 23111.002721/2019-28 .

A União, por intermédio do(a) Universidade Federal do Piauí, com sede no Campus Ministro Petrônio Portela, nesta capital, inscrita no CNPJ sob o nº06.517.387./0001-34, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração, conforme Ato de Nomeação nº 271/2016, de 16/02/2016, Lucas Lopes de Araújo, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 2110364-SSP-PI, inscrito(a) no CPF nº 000.577.933-28, doravante denominada CONTRATANTE, e a ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS-ME, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.839.383/0001-75 sediado(a) na rua Travessa Domingos Rodrigues, nº 205 - Nossa Senhora da Penha - Serra Talhada - PE - CEP: 56. 903-442 doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Alessandro de Siqueira Santos, brasileiro, solteiro, empresário, portador(a) da Carteira de Identidade nº 5936327 SSS/PE, CPF: 010.739.454-56, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo nº 23111.031037/2018-53, do Pregão Eletrônico nº 46/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, compreendendo dedetização, desratização e descupinização que compreendem: a eliminação e controle (inclusive com barreira química) de todas as áreas internas e externas da Universidade Federal do Piauí no Colégio Técnico de Floriano (Floriano), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

03.284.595/0001-42 - ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS					
GRUPO	ITEM PREGÃO	DESCRIÇÃO	QT. M2	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	16	Serviços de desintetização total que compreendem: tratamento realizado com a utilização de produtos inseticidas líquidas, em pó ou gel, armadilhas adesivas e equipamentos visando a eliminação e controle de insetos rasteiros e/ou voadores tais como: baratas, formigas, saúvas, moscas, mosquitos, aranhas. COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO - FLORIANO - PI	12.539,00	R\$ 0,46	R\$ 5.767,94
	17	Serviços de descupinização que compreendem: a eliminação e controle (barreira química) de insetos xilófagos que se alimentam de celulose (madeira e papéis). COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO - FLORIANO - PI	12.539,00	R\$ 0,44	R\$ 5.517,16



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



	18	Serviços de desratização que compreendem a utilização de técnicas apuradas envolvendo rodenticidas modernos em forma de iscas peletizadas granuladas, parafinadas e pó de contato, placas colantes, postos de alimentação e de medidas preventivas, objetivando a eliminação e controle sistemática dos roedores. COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO - FLORIANO - PI	12.539,00	R\$ 0,44	R\$ 5.517,16
TOTAL GERAL: R\$ 16.802,26					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 26/07/2019 e encerramento em 26/07/2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de **R\$R\$ 16.802,26 (dezesseis mil, oitocentos e dois reais e vinte e seis centavos)**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Nota de Empenho : 2019NE800795

Gestão/Unidade: 154102

Fonte: 810

Programa de Trabalho: 108563

Elemento de Despesa: 339039

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA– REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3 Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1 É vedado à CONTRATADA:

11.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

11



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



12.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

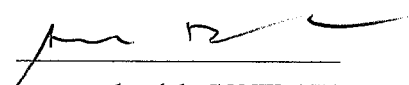
14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

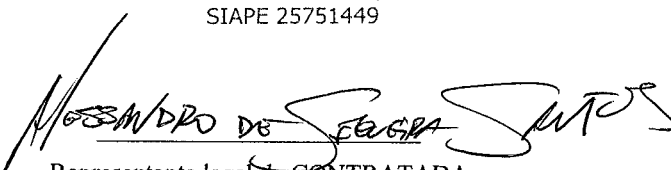
15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Teresina - PI - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Teresina – PI, 26 de Julho de 2019


Representante legal da CONTRATANTE

Alexandre Rodrigues Santos
Administrador
Diretor Administrativo/UFPI
SIAPE 25751449


Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- Ana Gabriela S. de M. Coelho 014 927 073 - 92

2- Maria Jozelia de Araújo Sousa 374909233-87

Campus	Área de Conhecimento	Processo Nº	Candidatos Homologados	Pontuação Final
São Borja	Serviço Social	23100.007310/2019-41	1º Andreia Cristina da Silva Almeida	81,75
			2º Monique Bronzoni Damascena	80,21
			3º Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro	69,20

MARCO ANTONIO FONTOURA HANSEN

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2019

Processo nº: 23110.018872/2019-09 . Dispensa de Licitação nº 93/2019. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Contratada: FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, CNPJ: 03.703.102/0001-61. Objeto: Contratação da Fundação Delfim Mendes Silveira com a finalidade de dar apoio ao Projeto "Inserção acadêmica na produção, divulgação e comunicação de livros e produtos com a marca Linha UFPel. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 18 (dezoito) meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$222.034,09 com despesas operacionais de R\$20.751,22. Data de assinatura: 10/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2019

Processo nº: 23110.023551/2019-18 . Dispensa de Licitação nº 90/2019. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Contratada: FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, CNPJ: 03.703.102/0001-61. Objeto: Contratação da Fundação Delfim Mendes Silveira com a finalidade de dar apoio ao Projeto "XI Simposio de Ecologia, Genética e Evolução de Drosophila". Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 06 (seis) meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$40.000,00 com despesas operacionais de R\$5.564,05. Data de assinatura: 21/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2019

Processo nº: 23110.025695/2019-17 . Dispensa de Licitação nº 91/2019. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Contratada: FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, CNPJ: 03.703.102/0001-61. Objeto: Contratação da Fundação Delfim Mendes Silveira com a finalidade de dar apoio ao Projeto "Endosso Institucional e Gestão da Reserva Técnica de Arqueologia". Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 10 (dez) meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$160.000,00 com despesas operacionais de R\$16.744,06. Data de assinatura: 26/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2019

Processo nº: 23110.019828/2019-16 . Dispensa de Licitação nº 86/2019. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Contratada: FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, CNPJ: 03.703.102/0001-61. Objeto: Contratação da Fundação Delfim Mendes Silveira com a finalidade de dar apoio ao Projeto "V Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão - SILEPE". Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 06 (seis) meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$190.000,00 com despesas operacionais de R\$19.320,10. Data de assinatura: 21/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 62/2019 - UASG 154047

Nº Processo: 23110.020157/2019 . Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços Continuados de de Manutenção Preventiva e Corretiva, Inspeção e Calibração de 01 (uma) Bomba Infusora de Contraste, marca Bayer, pertencente ao Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, com Fornecimento de Peças Acessórias quando necessário. Total de Itens Licitados: 00901. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição - Assistência Técnica Autorizada. Declaração de Inexigibilidade em 11/06/2019. DANIELLE NOLASCO ZAFFALONI, Chefe do Setor de Administração. Ratificação em 15/07/2019. RICARDO HARTLEBEM PETER, Pró-reitor Administrativo. Valor Global: R\$ 19.912,86. CNPJ CONTRATADA: 18.459.628/0001-15 BAYER S.A..

(SIDEC - 31/07/2019) 154047-15264-2019NE800109

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato:22/2018. Processo nº: 23110.031877/2018-38. Partícipes: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, CNPJ: 92.242.080/0001-00 e FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, CNPJ: 03.703.102/0001-61. Objeto: Prorrogação de vigência do Contrato 22/2018 que tem por objeto apoiar o projeto: "Avaliação De Duas Intervenções com Pais, Focadas Na Melhoria Das Condições De Desenvolvimento Na Primeira Infância E Prevenção Da Violência Em Uma Cidade De Porte Medio Do Sul Brasil" por 05 (seis) meses a partir de 24/07/2019. Data da assinatura: 21/07/2019. Pedro Rodrigues Curi Hallal - Reitor.

EXTRATO DE ACORDO DE PARCERIA

PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
Processo nº:23110.007236/2019-43 . Entre UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, CNPJ: 92.242.080/0001-00, e UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS, CNPJ:92.238.914/0001-03. Objeto: Execução do Projeto PRODUÇÃO DE GLITTER BIODEGRADÁVEL A BASE DE POLI(3-HIDROXI-BUTIRATO) Vigência: 36 meses a partir da assinatura. Data de assinatura: 24/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

EXTRATO DE ACORDO DE PARCERIA

PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
Processo nº: 23110.019541/2019-88 . Entre: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS e YLLER BIOMATERIAIS LTDA, CNPJ: 16.970.346/0001-52. Objeto: execução do Projeto "Compostos antimicrobianos para impressão 3-D. Fundamento Legal: Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência:48 meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$124.512,00. Não haverá repasse de financeiro. Data de assinatura: 12/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

EXTRATO DE ACORDO DE PARCERIA

PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
Processo nº: 23110.019155/2019-96 . Entre: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS e Angelus Indústria de Produtos Odontológicos S/A, CNPJ: 00.257.992/0001-37. Objeto: execução do Projeto "Desenvolvimento e caracterização de novos materiais biocerâmicos. Fundamento Legal: Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência:38 meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$144.512,00. Não haverá repasse de financeiro. Data de assinatura: 18/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo

EXTRATO DE ACORDO DE PARCERIA

PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
Processo nº: 23110.017628/2019-11 . Entre: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS e FREEDOM VEÍCULOS ELÉTRICOS, CNPJ nº 94.132.024/0001-4 . Objeto: execução do Projeto "Desenvolvimento de Tecnologias de Robótica Móvel para Veículos Elétricos Autônomos e Robôs de Serviço. Fundamento Legal: Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência:48 meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$124.512,00. Não haverá repasse de financeiro. Data de assinatura: 19/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

EXTRATO DE ACORDO DE PARCERIA

PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
Processo nº: 23110.016876/2019-44 . Entre: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS e LABORATÓRIO IBASA LTDA. CNPJ nº 91.850.875/0001-38. . Objeto: execução do Projeto "PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO ANTIPARASITÁRIO À BASE DE NITAZOXANIDA PARA ADMINISTRAÇÃO ORAL EM CÃES E GATOS- Fase I (Estudos in vivo e ex vivo). Fundamento Legal: Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência:48 meses a partir da data da assinatura. Valor total previsto projeto: R\$124.512,00. Não haverá repasse de financeiro. Data de assinatura: 30/07/2019. Ricardo Hartlebem Peter - Pró-Reitor Administrativo.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2019 - UASG 154048

Nº Processo: 23111002721201928.

PREGÃO SRP Nº 46/2018. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. CNPJ Contratado: 12839383000175. Contratado : ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS - Objeto: Contratação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, compreendendo dedetização, desratização e descupinização que compreendem: a eliminação e controle (inclusive com barreira química) de todas as áreas internas e externas da UFPI no Colégio Técnico de Floriano (Floriano-PI), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: Lei Nº 8.666/93. Vigência: 26/07/2019 a 26/07/2020. Valor Total: R\$16.802,26. Fonte: 8100000000 - 2019NE800795. Data de Assinatura: 26/07/2019.

(SICON - 31/07/2019) 154048-15265-2019NE800220

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2019 - UASG 154048

Nº Processo: 23111031199201941. Objeto: Repasse financeiro para a Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão - FADEX, com a finalidade de descentralização de recursos para CAPES destinados ao Projeto de Educação a Distância, referentes a continuidade dos cursos já ofertados desde 2017, conforme plano de trabalho anexado ao contrato nº 05/2019 UFPI/FADEX. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Execução descentralizada do Projeto de Educ. a Distância, referente a continuidade dos cursos já ofertados desde 2017. Declaração de Dispensa em 31/01/2019. LAYZIANNA MARIA SANTOS LIMA SOARES, Coordenadora de Compras e Licitações, Ratificação em 31/07/2019. ALEXANDRE RODRIGUES SANTOS, Diretor Administrativo. Valor Global: R\$ 9.637.967,69. CNPJ CONTRATADA : 07.501.328/0001-30 FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX.

(SIDEC - 31/07/2019) 154048-15265-2019NE800016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019 - UASG 154048

Número do Contrato: 37/2017.

Nº Processo: 2311102316201867.
PREGÃO SRP Nº 18/2017. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. CPF Contratado: 04326188308. Contratado : ERICO SOBRAL SOARES -Objeto: Prorrogação de vigência do contrato n.º37/2017 de acordo com a Cláusula Segunda. Fundamento Legal: Lei n.º 8666/93 e suas alterações posteriores. Vigência: 03/08/2019 a 03/08/2020. Data de Assinatura: 30/07/2019.

(SICON - 31/07/2019) 154048-15265-2019NE800220

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

AVISO DE PENALIDADE

A Fundacao Universidade Federal de Rondonia- UNIR, comunica que, por meio da Portaria nr 122/2018/PRAD/UNIR de 16.08.2018, Processo SEI nº: 999119600.000124/2018-78, foi aplicada a empresa JULEAN DECORACOES LTDA, CNPJ: 10.525.127/0001-88, a sancão administrativa denominada impedimento de licitar e contratar com a Uniao, pelo prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002 c/c o item 23.3.2 do Edital de licitacao do Pregao Eletronico SRP n 08/2018 em conformidade com a Portaria n 122/2018/PRAD/UNIR.
Vigência: 31/07/2019 a 14/08/2019

CHARLES DAM SOUZA SILVA
Pró-Reitor de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2019 - UASG 154055

Nº Processo: 4212.000001201813.

PREGÃO SISPP Nº 21/2018. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA. CNPJ Contratado: 04934077000190. Contratado : CONSUL PATRIMONIAL LTDA -Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços técnicos especializados de engenharia ou arquitetura para elaboração de laudo de avaliação dos imóveis da UNIR no Município de Cacoal. Fundamento Legal: Artigo 60 da Lei 8.666/93. Vigência: 31/07/2019 a 31/07/2020. Valor Total: R\$3.339,99. Fonte: 8100000000 - 2019NE800472. Data de Assinatura: 26/07/2019.

(SICON - 31/07/2019) 154055-15254-2019NE800001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2019 - UASG 154055

Nº Processo: 04212000001201813.

PREGÃO SISPP Nº 21/2018. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA. CNPJ Contratado: 11059081000111. Contratado : PRI ENGENHARIA LTDA -Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços técnicos especializados de engenharia ou arquitetura para elaboração de laudo de avaliação dos imóveis da UNIR nos municípios dePresidente Médici, Ji-Paraná, Rolim De Moura, Guajará-Mirim, São Miguel Do Guaporé, Porto Velho e Vilhena. Fundamento Legal. Artigo 60 da Lei 8.666/93. Vigência: 31/07/2019 a 31/07/2020. Valor Total: R\$46.000,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800212. Data de Assinatura: 26/07/2019.

(SICON - 31/07/2019) 154055-15254-2019NE800001





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.qc@ufpi.com.br



ANEXO DO CONTRATO Nº 28/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 46/2018
(Processo Administrativo n.º 23111.031037/2018-53)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, compreendendo dedetização, desratização e descupinização que compreendem: a eliminação e controle (inclusive com barreira química) de todas as áreas internas e externas da Universidade Federal do Piauí nos Campus Ministro Petrônio Portela (Teresina), Ministro Reis Veloso (Parnaíba), Senador Helvídio Nunes (Picos), Amílcar Ferreira Sobral (Floriano/PI), Colégio Técnico de Teresina e Colégio Técnico de Floriano, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 6 – UFPI/COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-PI (UASG: 154048) – EXCLUSIVO ME/EPP						
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	QUANT.	TOTAL GERAL (R\$)
6	16	Serviços de desinsetização total que compreendem: tratamento realizado com a utilização de produtos como inseticidas e líquidos em pó ou gel, armadilhas adesivas e equipamentos visando o controle/ eliminação de insetos rasteiros e/ ou voadores tais como: baratas, formigas, saúvas, moscas, mosquitos, aranhas. Com pagamento a apresentação da medida da medição da área, acompanhado do relatório dos serviços executados, devidamente assinados pelo servidor designado, na forma estabelecida no edital e seus anexos.	Serviço/M ²	R\$ 0,46	12.539	R\$ 5.767,94
	17	Serviço de descupinização que compreendem: o controle/eliminação de insetos xilófagos que se alimentam de celulose (madeira e papéis). Com pagamento a apresentação da medida da medição da área, acompanhado do relatório dos serviços executados, devidamente assinados pelo servidor designado, na forma estabelecida no edital e seus anexos.	Serviço/M ²	R\$ 0,44	12.539	R\$ 5.517,16
	18	Serviço de desratização que compreendem a utilização de técnicas apuradas envolvendo roenticidas modernas em forma iscas pelitizadas, granuladas, parafinadas e pódecontato	Serviço/M ²	R\$ 0,44	12.539	R\$ 5.517,16

R



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.qc@ufpi.com.br



		e colantes postos de alimentação e medidas preventivas, objetivamente dos roedores. . Com pagamento a apresentação da medida da medição da área, acompanhado do relatório dos serviços executados, devidamente assinados pelo servidor designado, na forma estabelecida no edital e seus anexos.				
VALOR TOTAL G6:						RS 16.802,26

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A contratação do referido objeto justifica-se pela necessidade de garantir a realização de serviços de controle integrado de pragas e vetores urbanos, compreendendo dedetização, desratização e descupinização (eliminação e controle inclusive através da barreira química).
- 1.2. A UFPI não dispõe em seu quadro/estrutura, de recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto desta contratação.
- 1.3. Esses serviços são caracterizados como de natureza continuada, e a interrupção da sua prestação irá comprometer a continuidade das atividades desta IES, em condições ambientais saudáveis.
- 1.4. O serviço de controle de pragas é necessário, pois tem como finalidade prevenir e combater a proliferação, na UFPI, de vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde dos usuários internos e externos, e que podem causar danos ao patrimônio e produtos utilizados na UFPI.
- 1.5. Cumprir as normas e padrões de higiene ambiental definidos pela legislação federal, estadual e/ou municipal regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, a RDC Nº 52/2009 (Anexo I deste Termo de Referência), a RDC Nº 20/2010 com suas atualizações e o Art. 2 da RDC ANVISA Nº 326/2005, que cuida do gerenciamento de produtos para controle de insetos, roedores e de outros animais incômodos ou nocivos à saúde.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. O serviço objeto do presente Termo de Referência é considerado como comum, para os fins e efeitos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, que define como tal aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 2.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
 - 3.1.1. Os serviços serão executados por empresa especializada, devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra qualificada.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



- 3.1.2. A execução do serviço será sob demanda, cabendo a contratante determinar o quantitativo de metros quadrados que serão dedetizados e o local da execução do serviço antecipadamente, que deverá ser realizado em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, a serem iniciados sempre entre 08h00 e 09h00, e finalizados no mesmo dia. Havendo justificada necessidade, poderá ser estendido até momento posterior às 18h00.
- 3.1.3. A execução do serviço ocorrerá em dias úteis, finais de semana, inclusive feriados ou quando não houver expediente, de acordo com interesse da Administração.
- 3.1.4. O Controle integrado de vetores e pragas – deve ser feito em toda a área interna e externa, incluindo ralos, caixas de rede de esgotos e de captação de água pluvial, com uso de armadilhas (caixa porta-isca) em locais a serem definidos quando do início do contrato e em quantidade proporcional à necessidade de abrangência da eficácia a ser atingida;
- 3.1.5. Método de Combate: Aplicação por meio de técnicas modernas e especiais de aplicação tais como: gel, massa, armadilhas físicas, pulverização, atomização, termonebulização, UBV e iscagem com utilização de produto incolor, inodoro, não manchar, alta estabilidade, alta residualidade, amplo espectro de ação e eficaz ao combate e extermínio de insetos rasteiros, voadores e roedores (baratas, formigas, moscas, mosquitos, ratos, escorpiões, morcegos, cupins e pulgas);
- 3.1.6. Controle de cupins:
- 3.1.6.1. Tipos de Cupins / Locais propícios ao ataque: Cupins madeira seca - Locais propícios: Estruturas de Madeira, Portas, Portal, Mobiliário, Prateleiras, Caixas e caixotes, etc. Cupins subterrâneos - Locais propícios: Junta(s) de movimentação, junta(s) de dilatação, vãos estruturais, pisos elevados, forros, dutos elétricos e hidráulicos, etc. Cupins arbóreos - Locais propícios: Árvores e monturos de vegetação, etc;
- 3.1.6.2. A descupinização deverá ser realizada por meio de injeção, pincelamento e barreira química (tratamento do solo), após avaliação do caso, utilizando cupinicida de ação rápida e eficaz. O combate a cupins deve ser precedido de criteriosa vistoria a fim de identificar o tipo de cupim infestante, localizar possíveis colônias e levantar outras informações que auxiliem na tomada de decisão quanto aos métodos de combate a serem adotados. As técnicas de tratamento de madeiramento fixo ou móveis são adotadas sem comprometer a estética das peças, utilizando-se produtos com mínimo cheiro. Já a proteção do imóvel deverá ser feita através de técnicas como barreira química com tratamento do solo ao redor do imóvel e aplicação de inseticida em pó em conduítes elétricos e passagens de encanamento;
- 3.1.6.3. Tipos de tratamento de Descupinização:
- 3.1.6.3.1. Descupinização com Tratamento em madeiramento – Serão feitas perfurações estratégicas para injeção do inseticida no madeiramento. Após este procedimento, realiza-se uma pulverização externa, criando uma camada de proteção;
- 3.1.6.3.2. Descupinização com Barreira Química – Paredes de alvenaria ou lajes de concreto são perfuradas com brocas específicas. O inseticida será injetado, preenchendo todas as galerias e impedindo a invasão e circulação dos cupins nas áreas tratadas;
- 3.1.6.3.3. Descupinização com Tratamento de conduítes – A aplicação será feita por meio de bloqueio com pó químico através de povilhadeiras;
- 3.1.6.3.4. Descupinização Localizada – Consiste em aplicar a calda cupinicida diretamente no local afetado por injeção, tratando cada ponto separadamente;
- 3.1.7. Barreira química – deve ser feita com perfuração mínima de 30 cm de profundidade e a cada 50 cm de distância uma da outra, com aplicação de cupinicida em todo o perímetro da área construída;
- 3.1.8. Todos os materiais e complementos a serem efetivamente utilizados para o controle das pragas urbanas serão de competência exclusiva da CONTRATADA;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



- 3.1.9. Será permitido apenas o uso de produtos com registro no Ministério da Saúde;
- 3.1.10. Concluída a dedetização, descupinização e/ou desratização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais;
- 3.1.11. Caso os serviços não sejam aceitos, a CONTRATADA efetuará nova aplicação, nos termos do item 12.2., "OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA", deste Termo;
- 3.1.12. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob a supervisão direta da CONTRATADA, obedecendo rigorosamente aos procedimentos recomendados pelos fabricantes e às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes;
- 3.1.13. Os empregados da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão obrigatoriamente utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) durante a manipulação e aplicação dos produtos;
- 3.1.14. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004 (parâmetro de sustentabilidade – Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI – MPOG);
- 3.1.15. As Técnicas a adotar deverão ser obedecidas os termos dos fabricantes dos produtos e as normas legais existentes;
- 3.2. Implementação e periodicidade dos serviços:
 - 3.2.1. Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, cupins, formigas, mosquitos e outros insetos, aracnídeos e assemelhados;
 - 3.2.2. Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;
 - 3.2.3. Eliminar e prevenir proliferação de quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos;
 - 3.2.4. Os serviços serão realizados preferencialmente aos sábados e domingos;
 - 3.2.5. O prazo para a realização dos serviços é de 48 (quarenta e oito) horas;
 - 3.2.6. Os serviços, exceto a barreira química, deverão ser obrigatoriamente refeitos, no mínimo, a cada 4 (quatro) meses, ou em menor prazo por execução da garantia na hipótese de reinfestação;
 - 3.2.7. Os serviços serão executados de acordo com o cronograma elaborado pelas partes, com monitoramento sistemático definido pela CONTRATANTE;
 - 3.2.8. Após a realização dos serviços, a empresa deverá entregar documento/certificado de garantia mínima de 06 (seis) meses, devendo a CONTRATADA repetir o serviço, sem ônus a CONTRATANTE caso haja registro de surgimento de pragas num período inferior a garantia do serviço no qual especifique o prazo de validade dos serviços e produtos aplicados. No período de validade dos serviços, a empresa deverá prestar toda a assistência que se fizer necessária para garantir o controle da infestação nas áreas tratadas.

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:
 - 4.1.1. Os serviços serão prestados de acordo com as necessidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ;
 - 4.1.2. Os serviços serão realizados no local e endereço abaixo especificado:

D



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



CAMPUS	ENDEREÇO	ÁREA ESTIMADA (m ²)
Campus Ministro Petrônio Portella	Av. Universitária, bairro Ininga, Teresina/PI	165.715,98
Campus Amilcar Ferreira Sobral	BR 343, km 3,5 - Bairro Meladão, Floriano	11.255,47
Campus Ministro Reis Velloso	Av. São Sebastião, 2819, Parnaíba/PI	38.153,00
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros	Rua Cícero Eduardo, S/N - Bairro Junco, Picos/PI	26.000,00
Colégio Técnico de Teresina	Av. Universitária, bairro Ininga, Teresina/PI	10.106,82
Colégio Técnico de Floriano	BR 343, km 3,5 - Bairro Meladão, Floriano	12.538,44

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.1.1. São, no mínimo, os seguintes os produtos químicos a serem utilizados nas intervenções:

- 5.1.1.1. Raticidas – controle de roedores em geral (Rattus – rattus, Rattus Norvegicos e Mus Musculus, Ratos, Ratazanas e Camundongos) – Anticoagulantes/iscagem – de dosagem única, devidamente acondicionada em caixas de passagem, inseridas nos principais pontos de risco de entrada de roedores (rede de esgotos; captação de água pluvial e outros);
- 5.1.1.2. Inseticidas/Praguicidas – para controle de baratas e insetos voadores em geral, em forma de gel, inodoro;
- 5.1.1.3. Praguicidas Líquidos – para eliminação de baratas de esgoto, escorpiões e outros insetos congêneres;
- 5.1.1.4. Praguicidas em forma de pó – para o controle de baratas e insetos rasteiros e voadores em geral: aracnídeos e escorpiões, para aplicação em locais que não sofrerão interferência humana imediata (varrição, lavagem, etc.);
- 5.1.1.5. Praguicidas em forma de isca sólida – para o controle de formigas, a ser aplicado em locais que não sofrerão interferência humana imediata (varrição, lavagem, etc.);
- 5.1.1.6. Cupinicida – líquido e pó, sem odor;

5.2. Critérios de sustentabilidade:

- 5.2.1. A empresa deverá observar, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos no Decreto nº. 7.746/12, na Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os aplicadores de desinfetantes e domissanitários deverão estar capacitados para desempenharem a função de armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfetantes e domissanitários, devendo esta capacitação ser atestada pelo Responsável Técnico;

6.2. O Controle Integrado de Pragas e Vetores consistirá no monitoramento das pragas detectadas, dos pontos críticos (acesso, abrigo e alimento) e das ocorrências observadas, bem como do uso de produtos químicos, os quais devem ser utilizados de forma racional, sem riscos à saúde do usuário do serviço, do operador e sem prejuízo ao meio ambiente, que compreende:

6.2.1. Serviços de desinsetização total:

6.2.1.1. Os Serviços de Desinsetização Total compreendem o tratamento realizado com a utilização de produtos como inseticidas líquidos, em pó ou gel, armadilhas adesivas e equipamentos visando o controle/eliminação de insetos rasteiros e/ou voadores, tais como baratas, formigas, saúvas, moscas, mosquitos, aranhas, etc.

6.2.2. Serviços de descupinização:

6.2.2.1. Os Serviços de Descupinização compreendem o controle/eliminação de insetos xilófagos que se alimentam de celulose (madeira e papéis);



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



- 6.2.2.2. Deverão ser utilizados na realização do trabalho os métodos/técnicas disponíveis no mercado e que sejam devidamente autorizados/aprovados pelos órgãos normativos e fiscalizadores;
- 6.2.3. Serviços de desratização:
 - 6.2.3.1. Os serviços de Desratização compreendem a utilização de técnicas apuradas envolvendo roenticidas modernos em forma de iscas peletizadas, granuladas, parafinadas e pó de contato, placas colantes, postos de alimentação e medidas preventivas, objetivando o controle/eliminação sistemática dos roedores;
 - 6.2.3.2. Os métodos a serem empregados deverão levar em consideração as espécies de roedores detectadas;
- 6.3. Além dos serviços de desratização, desinsetização e descupinização a empresa deverá efetuar, após cada aplicação, inspeções periódicas e emitir relatórios contendo informações acerca das espécies identificadas, das medidas preventivas e corretivas utilizadas em seu controle/eliminação, bem como as possíveis causas para o aparecimento destas espécies;
- 6.4. Os serviços de desratização, desinsetização e descupinização serão realizados nos locais e periodicidades definidos pelo Coordenador do Campus, devendo ser considerada a parte interna e externa dos prédios, inclusive caixas de esgoto e de gordura, galerias de água pluviais, caixas de passagem de telefonia, eletricidade, forros e demais áreas adjacentes aos prédios;
- 6.5. Por se tratar de serviço de forma contínua, aplica-se o art. 57, §2º da Lei nº 8.666, de 1993, podendo se prorrogado por iguais e sucessivos períodos limitada a duração de 60(sessenta) meses.

8. DA VISTORIA

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá facultativamente realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (86)3215-5609 (Teresina), (89)3522-2716 (Floriano), (86) 33235125/3323-5314 (Parnaíba), (089) 3422- 3422 (Picos), podendo sua realização ser comprovada por:

8.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 ou pela forma da cláusula 8.1.2 a seguir;

8.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

8.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

9. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, na forma que segue:

9.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

[Assinatura]



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.
- 10.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 11.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 11.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



11.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.15 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

14.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VI, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.6A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.7Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



14.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.16.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

15.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

[Handwritten mark]



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



15.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

15.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

15.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4 comportar-se de modo inidôneo; e
- 16.1.5 cometer fraude fiscal.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2 Multa de:

16.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

16.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.5. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, S/N, bairro Ininga, Teresina-PI CEP:
64.049-550 * Fone: (86) 3235 7974
Email: daf.gc@ufpi.com.br



16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

1. 17. DA APROVAÇÃO

17.1 A Autoridade Competente da UFPI aprova e autoriza a contratação dos itens desta licitação, definidos neste Termo de Referência, pelo período dos 12 meses da validade da ARP, podendo o contrato ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

FINAL DO TERMO DE REFERÊNCIA